

**Departamento de Administração Geral**  
**Divisão de Logística e Gestão Patrimonial**  
Gabinete de Aprovisionamento

## **Programa do Procedimento**

Concurso público para a aquisição de bens de economato, em regime de fornecimento contínuo

### **Concurso Público** **N.º 05/CP/CMM/2025**

#### **Parte I**

#### **Disposições Gerais**

#### **Cláusula 1.ª**

#### **Identificação e Objeto do Procedimento**

1. Concurso Público ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
2. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de bens de economato, em regime de fornecimento contínuo, de acordo com as características definidas no Caderno de Encargos.
3. A descrição do objeto obedece à classificação CPV (Common Procurement Vocabulary), 30192000-1 - Material de Economato, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

#### **Cláusula 2.ª**

#### **Entidade Adjudicante**

A entidade adjudicante é o Município da Moita, com sede no edifício dos Paços do Concelho, na Praça da República, 2860-007 Moita. Contactos: tel. 21 280 67 00, Fax: 21 289 03 25 e endereço de correio eletrónico: [gab.aprovisionamento@cm-moita.pt](mailto:gab.aprovisionamento@cm-moita.pt)

### **Cláusula 3.ª**

#### **Órgão que Tomou a Decisão de Contratar**

A decisão de contratar foi tomada pela Exma. Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Sara Daniela Rodrigues e Silva, por despacho datado de 24 de fevereiro de 2025, no uso das competências delegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Edgar Rodrigues Albino, Despacho n.º 99/XIII/PCM/2022, de 07 de junho de 2022.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Esclarecimentos e Retificações de Erros e Omissões**

Os pedidos de esclarecimentos necessários de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas, bem como as listas contendo os erros e as omissões das peças do concurso, devem ser apresentados, por escrito, na plataforma eletrónica com endereço <https://www.acingov.pt>, utilizada pela CMM, até às 23h:59m do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Órgão Competente para Prestar Esclarecimentos**

- 1 - O órgão com competência para prestar esclarecimentos no âmbito do artigo 50.º do Código dos Contratos Público é o Júri do procedimento designado nos termos do artigo 67.º do CCP, com competências delegadas por despacho da Exma. Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Sara Daniela Rodrigues e Silva, datado de 24 de fevereiro de 2025, na informação proposta que deu origem ao presente procedimento.
- 2 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são prestados, por escrito, pelo júri, através da plataforma eletrónica, na mesma funcionalidade referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 3 - Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

### **Cláusula 6.ª**

#### **Acesso às Peças do Procedimento**

1. As peças que constituem o presente procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt>.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica permite efetuar a consulta, o download das peças do

procedimento, bem como apresentar a proposta.

3. Para terem acesso à plataforma, os concorrentes deverão efetuar o login no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.

4. Em caso de dúvida contacte a linha de apoio técnico da “AcinGov” 707451451, que funciona das 09h00 às 18h00, em dias úteis e o seguinte endereço [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt).

## **Parte II**

### **Propostas e Avaliação**

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Modo de Apresentação das Propostas**

1. A apresentação da proposta deverá ser realizada de forma eletrónica, nos termos do n.º 1 do artigo 62.º do CCP, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:

- a) Data-limite de entrega: até às 23H59m, do 10.º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República.
- b) Prazo validade das propostas: 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2. A entrega das propostas do presente procedimento será efetuada na plataforma de contratação acessível através do seguinte endereço: <https://www.acingov.pt>.

3. Em caso de dificuldade para aceder e utilizar a plataforma deverá contactar o Serviço de Apoio ao Cliente indicado no n.º 4 da cláusula 6.ª deste Programa.

4. A proposta e os documentos que a compõem devem ser assinados eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada.

5. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de representação do interessado deve submeter à plataforma um documento eletrónico oficial comprovativo do seu poder de representação.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Documentos que integram a Proposta**

1. Na proposta, o concorrente manifesta ao Município da Moita a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

2. A proposta do concorrente deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente programa de procedimento do qual faz parte integrante;

b) Além do documento referido na alínea anterior, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução deve apresentar uma proposta de preço que deverá referir obrigatoriamente o seguinte:

- valor unitário por cada artigo, sem inclusão do IVA;
- valor global para 12 meses, sem inclusão do IVA e com a indicação da respetiva taxa legal a aplicar;
- valor global para 24 meses, sem inclusão do IVA e com a indicação da respetiva taxa legal a aplicar.

c) Os concorrentes poderão ainda apresentar quaisquer outros documentos que considerem indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

3. A declaração referida na alínea a) do n.º 2 bem como a restante documentação devem ser assinados pelo concorrente ou seus representantes que tenham poderes para o obrigar.

4. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos obrigatoriamente em língua portuguesa, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas, sempre com o mesmo tipo de máquina, se for datilografada ou processada informaticamente

5. Os concorrentes poderão ainda apresentar quaisquer outros documentos que considerem indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

6. O valor, que não deve incluir o I.V.A., deve ser indicado em algarismos e por extenso, sendo que, em caso de divergência, este prevalece, para todos os efeitos, sobre o indicado em algarismos.

7. Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa, à exceção dos documentos que contenham especificações técnicas que poderão ser redigidos em língua inglesa ou outra, contudo estes devem ser acompanhados da respetiva tradução.

8. A proposta deve ser assinada eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, nos termos da legislação em vigor.

9. A não apresentação de todos os documentos exigidos nesta cláusula, nas condições expressas implica a exclusão da proposta.

10. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

### **Cláusula 9.ª**

#### **Critério de Adjudicação e Critério de Desempate**

1. A adjudicação das propostas será efetuada segundo o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, determinada pela modalidade de avaliação do preço enquanto único aspeto de execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

2. Em caso de empate será efetuado sorteio realizado pelo Júri do procedimento, na presença de um representante de cada um dos concorrentes em situação de empate, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.

3. O sorteio será efetuado após convocatória aos concorrentes empatados, via plataforma eletrónica com a indicação respetivamente do local, data e hora da realização, a determinar pelo júri do procedimento.

### Parte III

#### Habilitação e Caução

#### Cláusula 10.ª

##### Documentos de Habilitação

1. Ao adjudicatário ser-lhe-á solicitado os seguintes documentos de habilitação:
  - 1.1. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II a este programa de procedimentos;
  - 1.2. Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (Certificado emitido pela entidade competente);
  - 1.3. Documento comprovativo de submissão de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE);
  - 1.4. Documento de início de atividade ou declaração finanças ou cópia da certidão do registo comercial da sociedade ou código de acesso à “Certidão Permanente” da sociedade, no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva.
  - 1.5. Indicação do número do cartão de cidadão ou do bilhete de identidade e do número de identificação fiscal de quem outorga o contrato, devendo os mencionados documentos serem exibidos no momento da outorga.
  - 1.6. Indicação do interlocutor responsável pelo contrato a celebrar, o qual deverá indicar o nome e os contatos: email e telefone.
  - 1.7. No caso de o preço global proposto na proposta adjudicada determinar a sujeição do contrato a celebrar a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o adjudicatário deve ainda apresentar um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, nos termos previstos no n.º 9 do artigo 81.º do CCP.
2. O prazo para a apresentação, pelo adjudicatário, dos documentos de habilitação será de **5 dias úteis** após notificação da adjudicação.
3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
4. O prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º será de **5 dias úteis**.
5. Quando os documentos a apresentar se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde

aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

6. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar.

7. A não apresentação dos documentos de habilitação, por motivo que seja imputável ao adjudicatário, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Caução para garantir o cumprimento de obrigações**

Não é devida caução nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

#### **Parte IV**

##### **Celebração do Contrato**

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Celebração de Contrato Escrito**

O contrato cujo valor seja superior ao previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP (10.000,00 €) será reduzido a escrito, sendo os respetivos encargos suportados pelo adjudicatário.

#### **Parte V**

##### **Disposições Finais**

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Prevalência**

Nos termos do artigo 51.º do Código dos Contratos Públicos, as normas constantes do CCP prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Legislação Aplicável**

Em tudo o que não estiver previsto no presente Programa de Concurso, bem como no Caderno de Encargos será aplicável o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão mais recente - (Retificação n.º 25/2021, de 21/07) e respetiva legislação regulamentar, o Código de Procedimento Administrativo e em demais legislação aplicável.

**ANEXOS:**

A – Modelo de Declaração de Preço

I - Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP

II - Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP

**Anexo A**

**Modelo de Declaração de Preço**

\_\_\_\_\_ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de \_\_\_\_\_ {empresa, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente. írmãs, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Concurso Público n.º 05/2025, para a aquisição de bens de economato, em regime de fornecimento contínuo, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, de acordo com o seguinte preço global \_\_\_\_\_ €.

(local, data e assinatura)

## Anexo I

### Modelo de Declaração

(Alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.)

- i. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>1</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>2</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- ii. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo<sup>3</sup>:
  - a. ....
  - b. ....
- iii. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- iv. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- v. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- vi. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º1 do artigo 55.º do referido Código.
- vii. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da



adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura<sup>4</sup>].

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

<sup>3</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º

<sup>4</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

## Anexo II

### Modelo de Declaração

(Alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1. .... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>1</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de.. (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>2</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados<sup>3</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada<sup>4</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura].

---

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

<sup>3</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>4</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”